

Novo pacote tenta liberar a economia

08 MAI 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

Brasil

HELVIAL RIOS

O Brasil começa, a partir desta semana, a se aproximar mais de uma economia de mercado, inaugurando uma nova política industrial, retirando barreiras existentes para as importações, liberalizando exportações e definindo o perfil de um novo sistema de controle orçamentário da União. Em reuniões já programadas para esta semana, os ministros Mailson da Nóbrega, da Fazenda; João Batista de Abreu, do Planejamento; José Hugo Castello Branco, da Indústria e do Comércio, e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, deverão entregar ao presidente Sarney o que eles chamam de Programa de "Desregulamentação" da Economia, que consiste, basicamente, em retirar barreiras burocráticas para o andamento de novos projetos da iniciativa privada.

Todas estas novas propostas de política econômica, segundo o ministro José Hugo, estão praticamente prontas, faltando apenas discutir alguns detalhes de natureza técnica. O ministro voltou a colocar em discussão no governo a proposta de criação das ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações), que ele considera como "verdadeiros pólos de desenvolvimento, capazes, a médio prazo, de conter os fluxos migratórios das regiões mais pobres do País, como o Nordeste.

BUROCRACIA

José Hugo promete, com os seus novos projetos, dar um "golpe de morte" na burocracia, através de mudanças radicais, muitas delas já em franco andamento. Cita como exemplo o esvaziamento do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), que perdeu na última semana suas "funções vitais" para a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), ligada ao Ministério da Agricultura, para a Secretaria da Receita Federal, ligada ao Ministério da Fazenda, e para o Inmetro, órgão do próprio MIC, responsável pela fiscalização da qualidade industrial e agrícola no País.

CANSAÇO

Já para o ministro Ronaldo

Costa Couto, não somente a área do MIC será reformulada. O processo de "desregulamentação" é profundo e, segundo o ministro, "não deixará pedra sobre pedra". Costa Couto queixa-se de que o governo no Brasil tem uma presença excessiva em todos os setores.

Para Costa Couto, o povo está cansado da presença preguiçosa do Estado em suas vidas. E isto, segundo ele, não acontece somente no Brasil. Trata-se de um fenômeno que pode ser observado na Inglaterra, na França, na Alemanha, na União Soviética e na China.

O novo orçamento de 1988, após a definição dos cortes de Cr\$ 650 bilhões, conterá um sistema de indexação setorial, corrigindo-se as dotações segundo os seus custos. Os gastos com pessoal, deste modo, serão corrigidos pela URP (Unidade de Referência de Preços), utilizada no sistema de adiantamento salariais; os gastos com material, pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e as dotações referentes a engargos da dívida interna, pela variação das OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional) etc.

TARIFAS

No Ministério da Fazenda as atenções estão voltadas para a nova política de tarifas aduaneiras, capaz de impor maior disciplina no mercado interno, através de maiores facilidades, para as importações em setores onde há abusos de preços. A proposta da CPA (Comissão de Política Aduaneira) é de que a alíquota máxima do imposto de importação seja reduzida dos atuais 105% para 85%.

Segundo se acredita no Palácio do Planalto, todo este processo de "desregulamentação" da economia vai aproximar o Brasil, de forma significativa de uma verdadeira economia de mercado e esta semana deverá ser decisiva para a conclusão de todas estas idéias. Para o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique Almeida Santos, a demora na definição do processo de "desregulamentação" — o assunto está em discussão no governo há mais de três meses — não tem qualquer ligação com a política.

Brasília/Agência Estado